

# ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

## **ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019**

**DATA, HORA E LOCAL:** em 30 de abril de 2019, às 15h00, no Auditório da sede da Companhia, localizado na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP).

**MESA:** Henri Penchas (Presidente) e Carlos Roberto Zanelato (Secretário), por aclamação dos presentes, em processo de escolha conduzido por administrador da Companhia.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** publicado em 02, 03, e 04.04.2019 no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” (págs. 91, 115 e 58) e no “O Estado de S. Paulo” (págs. B7, B11 e B5).

**QUORUM DE INSTALAÇÃO:** acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante, que se verifica (i) pelas assinaturas apostas no “Livro de Registro de Presença de Acionistas” e (ii) pelos Boletins de Voto a Distância recebidos por meio da Central Depositária da B3 e do Escriturador, além dos recebidos diretamente pela Companhia, conforme Mapa Sintético Final de Votação (Anexo 1).

**PRESEÇA LEGAL:** administradores da Companhia e da controlada Itaotec S.A. – Grupo Itaotec, além de representantes do Conselho Fiscal, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) e da Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda.

### **DELIBERAÇÕES TOMADAS:**

**Voto a Distância:** dispensada, por unanimidade dos acionistas presentes, a leitura do Mapa Sintético de Votação Consolidado dos votos proferidos por meio de Boletins de Voto a Distância, divulgado ao Mercado em 29.04.2019 e colocado à disposição dos acionistas para consulta.

Autorizada **(i)** a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário; **(ii)** a publicação desta ata com omissão dos nomes dos acionistas, nos termos do Artigo 130, § 2º da Lei 6.404/76; e **(iii)** a dispensa da leitura dos documentos referentes à pauta desta Assembleia por terem sido amplamente divulgados e disponibilizados aos acionistas e ao Mercado.

### **Em pauta ordinária**

1. aprovadas, com abstenção dos legalmente impedidos, as Contas dos Administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes (PwC) e do Parecer do Conselho Fiscal, divulgados ao Mercado em 19.02.2019 e publicados em 08.03.2019 no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” (págs. 11 a 26) e no “O Estado de S. Paulo” (págs. B11 a B19).

2. aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2018, no montante de R\$ 9.435.831.006,59, conforme segue: **(a)** R\$ 471.791.550,33 à Reserva Legal; **(b)** R\$ 122.662.186,90 às Reservas Estatutárias, sendo: R\$ 61.331.093,45 à Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 24.532.437,38 à Reserva para Reforço do Capital de Giro e R\$ 36.798.656,07 à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas; e **(c)** R\$ 8.841.377.269,36 ao pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo do exercício de 2018.

**2.1.** ratificadas as deliberações do Conselho de Administração referentes às declarações antecipadas desses dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos aos acionistas.

**3.** aprovado que o Conselho de Administração seja composto por 6 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato anual que vigorará até a posse dos que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2020.

**3.1.** registrado que não foi requerida a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração, por acionistas representando 5% ou mais do capital votante.

**4.** eleitos, para compor o Conselho de Administração da Companhia: **(i) por indicação dos acionistas controladores, membros efetivos** ALFREDO EGYDIO SETUBAL, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 6.045.777-6, CPF 014.414.218-07; ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA, brasileira, casada, pedagoga, RG-SSP/SP 13.861.521, CPF 066.530.828-06, domiciliada em São Paulo (SP), na Rua Fradique Coutinho, 50, 11º andar; HENRI PENCHAS, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 2.957.281-2, CPF 061.738.378-20, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar; PAULO SETUBAL NETO, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 4.112.751-1, CPF 638.097.888-72, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Hungria, 888, 12º andar, e RODOLFO VILLELA MARINO, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 15.111.116-9, CPF 271.943.018-81, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar; **membros suplentes** RICARDO EGYDIO SETUBAL, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 10.359.999-X, CPF 033.033.518-99, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, na qualidade de suplente de Alfredo Egydio Setubal e de Paulo Setubal Neto, e RICARDO VILLELA MARINO, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 15.111.115-7, CPF 252.398.288-90, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 4º andar, na qualidade de suplente de Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela e de Rodolfo Villela Marino; e **(ii) por indicação da acionista Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, membro efetivo** VICTÓRIO CARLOS DE MARCHI, brasileiro, casado, economista e advogado, RG-SSP/SP 2.702.087, CPF 008.600.938-91, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 11º andar, e respectivo **suplente** EDSON CARLOS DE MARCHI, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 10.246.772, CPF 055.654.918-00, domiciliado em São Paulo (SP), Rua Inhambu, 66, Ap. 31.

**4.1.** registrado que os eleitos atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76 e no Artigo 3º da Instrução CVM 367/02, conforme declarações arquivadas na sede da Companhia.

**5.** eleitos, para compor o Conselho Fiscal da Companhia, instalado de forma permanente, com mandato anual que vigorará até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2020: **(i) pelos acionistas preferencialistas** (por indicação da acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI), **membro efetivo** JOSÉ MARIA RABELO, brasileiro, casado, advogado, OAB-MG 38671, CPF 232.814.566-34, domiciliado em Brasília (DF), na SQN 213, Bloco K, Ap. 602, Asa Norte e, respectivo **suplente**, ISAAC BERENSZTEJN, brasileiro, casado, engenheiro, RG-IFP/RJ 3174052, CPF 332.872.367-68, domiciliado no Rio de Janeiro (RJ), na Rua Vieira Souto, 230, Ap. 402; **(ii) pelos acionistas minoritários** (por indicação da acionista Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência), **membro efetivo** EDUARDO ROGATTO LUQUE, brasileiro, casado, contador, RG-SSP/SP 17.841.962-X, CPF 142.773.658-84, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Dom José de Barros, 177, 11º andar, e respectivo **suplente**, GUILHERME TADEU PEREIRA JÚNIOR, brasileiro, casado, administrador de empresas,

RG-SSP/SP 32.483.439-1, CPF 286.131.968-29, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Professor Alceu Maynard Araújo, 650, Ap. 184B; e **(iii) pelos acionistas controladores, membros efetivos** FLAVIO CÉSAR MAIA LUZ, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG-SSP/SP 3.928.435-9, CPF 636.622.138-34, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 5º andar; PAULO RICARDO MORAES AMARAL, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, RG-SSP/SP 1.960.638, CPF 008.036.428-49, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Pamplona, 1465, conj. 121; e TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI, brasileira, divorciada, bacharel em administração de empresas e em ciências contábeis, RG-SSP/MG M-525.840, CPF 163.170.686-15, domiciliada em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 20º andar e, respectivos **suplentes**, FELÍCIO CINTRA DO PRADO JÚNIOR, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG-SSP/SP 4.712.376, CPF 898.043.258-53, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Deputado Lacerda Franco, 300, 18º andar, conj. 181; JOÃO COSTA, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 4.673.519, CPF 476.511.728-68, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Dr. Abílio Martins de Castro, 75; e CARLOS EDUARDO DE MORI LUPORINI, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 4.680.946-6, CPF 369.558.688-53, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Turiassú, 75, Ap. 221, que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas no Artigo 162 da Lei 6.404/76.

6. aprovada, para o exercício social de 2019, a verba global anual de até R\$ 24,5 milhões para a remuneração total (fixa e variável, compreendendo inclusive benefícios de qualquer natureza) dos administradores da Companhia (membros do Conselho de Administração e da Diretoria), independentemente do ano em que os valores forem efetivamente atribuídos ou pagos, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização dessa verba.

7. aprovada a remuneração mensal individual dos Conselheiros Fiscais em R\$ 18 mil para os membros efetivos e R\$ 7 mil para os suplentes.

### **Em pauta extraordinária**

#### **1. Incorporação das ações de emissão da Itaotec pela Companhia**

1.1 ratificada a nomeação das empresas avaliadoras PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, para fins de elaboração do laudo de avaliação da **Itaotec S.A. – Grupo Itaotec** (“Itaotec”), CNPJ 54.526.082/0001-31, nos termos do Artigo 252, § 1º, da Lei 6.404/76, e da Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., para fins de elaboração dos laudos de avaliação da Itaotec e da Companhia, nos termos do Artigo 264 da Lei 6.404/76;

1.2 aprovados dos referidos laudos de avaliação (Anexos 2 a 4);

1.3 aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de emissão da Itaotec pela Companhia, celebrado em 29.03.2019 (Anexo 5); sendo certo que esse Protocolo e Justificação foi previamente aprovado pela Assembleia Geral da Itaotec realizada nesta data;

1.4 aprovada a incorporação das ações de emissão da Itaotec, convertendo-a em subsidiária integral da Companhia, na forma do disposto no Artigo 252 da Lei 6.404/76 e nos termos do Protocolo e Justificação ora aprovado;

1.5 aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 286.344,15, mediante a emissão de 118.815 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, que serão subscritas pelos administradores da Itaotec por conta e em nome dos acionistas minoritários da Itaotec, nos termos do Artigo 252, §2º da Lei 6404/76;

1.5.1 os acionistas minoritários da Itaotec receberão 1 (uma) ação preferencial de emissão da Itaúsa em substituição a cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Itaotec por eles detida.

**1.6** autorizados os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação da referida incorporação; e

**1.7** registrado que os acionistas dissidentes dessa incorporação que forem titulares, ininterruptamente, de ações ordinárias de emissão da Companhia desde a posição acionária final do dia 29.03.2019 (data da divulgação do Fato Relevante sobre essa operação) terão o prazo de 30 dias para exercer o direito de retirada da Companhia, total ou parcialmente, com relação às ações de que eram titulares na posição acionária final do dia 29.03.2019, contado esse prazo da publicação desta ata, sendo reembolsados pelo valor de R\$ 6,56 por ação, apurado com base no valor patrimonial contábil de 31.12.2018, conforme Demonstrações Contábeis aprovadas nesta Assembleia.

## **2. Alteração e Consolidação do Estatuto Social**

**2.1** aprovada a alteração do **Artigo 3º** do Estatuto Social, a fim de registrar a nova composição do capital social em decorrência (i) da homologação do aumento de capital e da bonificação em ações aprovadas em 24.05.2018, (ii) do cancelamento de ações de emissão própria aprovado em 12.11.2018 e (iii) do aumento do capital social em razão da incorporação de ações da Itaotec mencionado no item 1.5 acima, passando referido dispositivo a ter a seguinte redação:

“**Art. 3º - CAPITAL E AÇÕES** - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 43.515.286.344,15 (quarenta e três bilhões, quinhentos e quinze milhões, duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos), representado por 8.410.816.803 (oito bilhões, quatrocentos e dez milhões, oitocentas e dezesseis mil, oitocentas e três) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.889.839.643 (dois bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, oitocentas e trinta e nove mil, seiscentas e quarenta e três) ordinárias e 5.520.977.160 (cinco bilhões, quinhentos e vinte milhões, novecentas e setenta e sete mil, cento e sessenta) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação, não cumulativo, assegurado dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias; e II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto integrante do bloco de controle.”; e

**2.2** aprovada a consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações acima mencionadas, na forma do Anexo 6.

**QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** os votos de aprovação, rejeição e abstenção das matérias constam do Mapa Sintético Final de Votação (Anexo 1).

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL:** registrar que as propostas referentes à incorporação das ações da Itaotec contam com manifestação favorável do Conselho Fiscal.

**DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** a proposta da administração, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia e as declarações de voto foram autenticados pela Mesa e arquivados na Companhia.

**ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes. São Paulo (SP), 30 de abril de 2019. (aa) Henri Penchas - Presidente; Carlos Roberto Zanelato - Secretário; Acionistas

.....

ALFREDO EGYDIO SETUBAL  
Diretor de Relações com Investidores

## MAPA SINTÉTICO FINAL DE VOTAÇÃO

### Mapa Sintético Final de Votação

Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2019 às 15hs.

DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO		ESPÉCIE DE AÇÃO	VOTO DELIBERAÇÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES	% SOBRE TOTAL DE VOTOS
1.	Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2018.	ON	Aprovar	1.793.422.121	68,64%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	819.437.633	31,36%
2.	Deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2018, inclusive a ratificação da distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme detalhado no Manual da Assembleia Geral disponível em <a href="http://www.itausa.com.br/pt/comunicados-e-atas/assembleias-gerais">http://www.itausa.com.br/pt/comunicados-e-atas/assembleias-gerais</a> . Na Assembleia não será proposta nova distribuição de proventos por conta do exercício de 2018.	ON	Aprovar	2.612.522.201	99,99%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	337.553	0,01%
3.	Deliberar sobre proposta da Administração para fixar, em 6 (seis) efetivos e 3 (três) suplentes, o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual.	ON	Aprovar	2.612.522.201	99,99%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	337.553	0,01%
4.	Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 141 da Lei nº 6.404, de 1976?	ON	Sim	621.657	0,02%
			Não	1.449.260	0,06%
			Abster-se	2.610.788.837	99,92%
5.	Eleição do conselho administração por chapa única - por indicação dos controladores: ALFREDO EGYDIO SETUBAL (EFETIVO) / RICARDO EGYDIO SETUBAL (SUPLENTE); PAULO SETUBAL NETO (EFETIVO) / RICARDO EGYDIO SETUBAL (SUPLENTE); HENRI PENCHAS (EFETIVO); ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETO VILLELA (EFETIVO) / RICARDO VILLELA MARINO (SUPLENTE); RODOLFO VILLELA MARINO (EFETIVO) / RICARDO VILLELA MARINO (SUPLENTE); e por indicação da Fundação Antonio Helena Zerrenner (FAHZ): VICTÓRIO CARLOS DE MARCHI (EFETIVO) / EDSON CARLOS DE MARCHI (SUPLENTE)	ON	Aprovar	2.612.510.767	99,99%
			Rejeitar	11.434	99,55%
			Abster-se	337.553	0,01%
6.	Caso um dos candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?	ON	Sim	2.612.510.606	99,99%
			Não	11.434	0,00%
			Abster-se	337.714	0,01%
7.	Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais iguais pelos membros da chapa que você escolheu? [Caso o acionista opte por "abster-se" e a eleição ocorra pelo processo de voto múltiplo, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia.]	ON	Sim	2.168.236.225	82,98%
			Não	0	0,00%
			Abster-se	444.623.529	17,02%
8.	Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para indicação da % (porcentagem) dos votos a ser atribuída ALFREDO EGYDIO SETUBAL (EFETIVO) / RICARDO EGYDIO SETUBAL (SUPLENTE)..... PAULO SETUBAL NETO (EFETIVO) / RICARDO EGYDIO SETUBAL (SUPLENTE)..... HENRI PENCHAS (EFETIVO) ..... ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETO VILLELA (EFETIVO) / RICARDO VILLELA MARINO (SUPLENTE)..... RODOLFO VILLELA MARINO (EFETIVO) / RICARDO VILLELA MARINO (SUPLENTE)..... VICTÓRIO CARLOS DE MARCHI (EFETIVO) / EDSON CARLOS DE MARCHI (SUPLENTE) – Candidatos da Fundação Antonio Helena Zerrenner	ON		361.228.155	16,66%
				361.228.155	16,66%
				361.228.155	16,66%
				361.228.155	16,66%
				361.228.155	16,66%
				361.228.155	16,66%
9.	Eleição do conselho fiscal por chapa única - por indicação dos controladores: FLAVIO CÉSAR MAIA LUZ (EFETIVO) / FELÍCIO CINTRA DO PRADO JÚNIOR (SUPLENTE); PAULO RICARDO MORAES AMARAL (EFETIVO) / JOÃO COSTA (SUPLENTE); e TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI (EFETIVO) / CARLOS EDUARDO DE MORI LUPORINI (SUPLENTE).	ON	Aprovar	2.168.236.226	82,98%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	444.623.528	17,02%
10.	Caso um dos candidatos que compõem a chapa deixe de integrá-la para acomodar a eleição em separado de que trata os arts. 161, § 4º, e 240 da Lei nº 6.404, de 1976, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?	ON	Sim	2.168.236.065	82,98%
			Não	11.434	0,00%
			Abster-se	444.612.255	17,02%
11.	Eleição do conselho fiscal em separado de ordinaristas - por indicação da FAHZ: EDUARDO ROGATTO LUQUE (EFETIVO); e GUILHERME TADEU PEREIRA JÚNIOR (SUPLENTE).	ON	Aprovar	444.907.793	17,03%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	2.167.951.961	82,97%
12.	Eleição do conselho fiscal em separado de preferencialistas - por indicação da PREVI JOSÉ MARIA RABELO (EFETIVO) e ISAAC BERENSZTEJN (SUPLENTE)	PN	Aprovar	1.614.885.088	59,70%
			Rejeitar	568.099	0,02%
			Abster-se	1.089.440.637	40,28%
13.	Deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para fixação da verba global e anual destinada à remuneração dos administradores em até R\$ 24,5 milhões (Conselho de Administração e Diretoria).	ON	Aprovar	2.612.522.201	99,99%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	337.553	0,01%
14.	Deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para fixação da remuneração mensal individual dos Conselheiros Fiscais em R\$ 18 mil para os membros efetivos e R\$ 7 mil para os suplentes.	ON	Aprovar	2.612.522.201	99,99%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	337.553	0,01%
15.	Autoriza a lavratura da ata dessa Assembleia em forma sumária, conforme parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404, de 1976?	ON	Sim	2.612.522.041	99,99%
			Não	160	0,00%
			Abster-se	337.553	0,01%
16.	Autoriza a publicação da ata dessa Assembleia, com omissão dos nomes dos acionistas, conforme parágrafo 2º do Artigo 130 da Lei nº 6.404, de 1976?	ON	Sim	2.612.522.041	99,99%
			Não	160	0,00%
			Abster-se	337.553	0,01%

**Total do Comparecimento**    Ações Ordinárias:    2.612.859.754    90,42% \*  
Ações Preferenciais:    2.704.893.824    48,99% \*

\* Percentual calculado com base no capital total de ações emitidas pela Companhia

**Mapa Sintético Final de Votação**

Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/04/2019 às 15hs.

DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO		ESPÉCIE DE AÇÃO	VOTO DELIBERAÇÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES	% SOBRE TOTAL DE VOTOS
1.	Ratificar a nomeação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), para fins de elaboração do laudo de avaliação da Itaotec, nos termos do Artigo 252, § 1º, da Lei 6.404/76.	ON	Aprovar	2.611.486.740	100,00%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	0	0,00%
2.	Ratificar a nomeação da Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda. ("EY"), para fins de elaboração do laudo de avaliação da Itaúsa, nos termos do Artigo 264 da Lei 6.404/76.	ON	Aprovar	2.611.486.740	100,00%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	0	0,00%
3.	Ratificar a nomeação da Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda. ("EY"), para fins de elaboração do laudo de avaliação da Itaotec, nos termos do Artigo 264 da Lei 6.404/76.	ON	Aprovar	2.611.486.580	100,00%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	160	0,00%
4.	Aprovar o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Itaotec a valor contábil, elaborado pela PWC.	ON	Sim	2.611.486.580	100,00%
			Não	0	0,00%
			Abster-se	160	0,00%
5.	Aprovar o laudo de avaliação do patrimônio líquido a preços de mercado da Itaúsa, elaborado pela EY.	ON	Sim	2.611.486.580	100,00%
			Não	0	0,00%
			Abster-se	160	0,00%
6.	Aprovar o laudo de avaliação do patrimônio líquido a preços de mercado da Itaotec, elaborado pela EY.	ON	Sim	2.611.486.580	100,00%
			Não	0	0,00%
			Abster-se	160	0,00%
7.	Aprovar o laudo de avaliação da Itaotec pelo critério de fluxo de caixa descontado, elaborado pela EY.	ON	Sim	2.611.486.580	100,00%
			Não	0	0,00%
			Abster-se	160	0,00%
8.	Aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de emissão da Itaotec	ON	Aprovar	2.611.486.580	100,00%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	160	0,00%
9.	Aprovar a Incorporação das ações de emissão da Itaotec	ON	Aprovar	2.611.486.580	100,00%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	160	0,00%
10.	Aumentar o capital social em R\$ 286.344,15, com emissão de 118.815 ações preferenciais, escriturais, sem valor nominal, em decorrência da incorporação das ações da Itaotec.	ON	Aprovar	2.611.486.580	100,00%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	160	0,00%
11.	Alterar o Estatuto Social para registrar, no artigo 3º a nova composição do capital social decorrente da homologação do aumento de capital por subscrição de ações e da bonificação em ações aprovadas em 24.05.2018, do cancelamento de ações de emissão própria aprovado em 12.11.2018 e da elevação do capital social em razão da incorporação de ações da Itaotec.	ON	Aprovar	2.611.486.740	100,00%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	0	0,00%
12.	Consolidar o Estatuto Social.	ON	Aprovar	2.611.486.740	100,00%
			Rejeitar	0	0,00%
			Abster-se	0	0,00%
13.	Autoriza a lavratura da ata dessa Assembleia em forma sumária, conforme parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404, de 1976?	ON	Sim	2.611.486.740	100,00%
			Não	0	0,00%
			Abster-se	0	0,00%
14.	Autoriza a publicação da ata dessa Assembleia, com omissão dos nomes dos acionistas, conforme parágrafo 2º do Artigo 130 da Lei nº 6.404, de 1976?	ON	Sim	2.611.486.740	100,00%
			Não	0	0,00%
			Abster-se	0	0,00%

**Total do Comparecimento**    Ações Ordinárias:    **2.611.486.740**    **90,37% \***

\* Percentual calculado com base no capital total de ações emitidas pela Companhia

Os Anexos 2 a 5 – Laudos de Avaliação e Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da Itautec S.A. – Grupo Itautec pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e seus anexos, foram disponibilizados nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Companhia ([www.itausa.com.br](http://www.itausa.com.br)) em 30.03.2019.

# ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

## ESTATUTO SOCIAL

(Aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30.04.2019)

**Art. 1º - DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE** – A sociedade anônima aberta regida por este Estatuto Social, denominada **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.** (“ITAÚSA”), com duração por tempo indeterminado, tem sede e foro na cidade de São Paulo (SP), na Avenida Paulista nº 1938, 5º andar, CEP 01310-200, Bela Vista, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, instalar filiais ou escritórios em quaisquer praças do País ou do exterior.

1.1. **Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa** – Com a admissão da ITAÚSA no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 (“Regulamento do Nível 1”).

**Art. 2º - OBJETO** - A ITAÚSA tem por objeto participar de outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável.

**Art. 3º - CAPITAL E AÇÕES** - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 43.515.286.344,15 (quarenta e três bilhões, quinhentos e quinze milhões, duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos), representado por 8.410.816.803 (oito bilhões, quatrocentos e dez milhões, oitocentas e dezesseis mil, oitocentas e três) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.889.839.643 (dois bilhões, oitocentas e oitenta e nove milhões, oitocentas e trinta e nove mil, seiscentas e quarenta e três) ordinárias e 5.520.977.160 (cinco bilhões, quinhentos e vinte milhões, novecentas e setenta e sete mil, cento e sessenta) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação, não cumulativo, assegurado dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias; e II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto integrante do bloco de controle.

3.1. **Capital Autorizado** – Por deliberação do Conselho de Administração, a sociedade está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 12.000.000.000 (doze bilhões) de ações, sendo até 4.000.000.000 (quatro bilhões) em ações ordinárias e 8.000.000.000 (oito bilhões) em ações preferenciais. As emissões para venda em Bolsa de Valores, subscrição pública ou permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, poderão ser efetuadas sem a observância do direito de preferência dos antigos acionistas (artigo 172 da Lei nº 6.404/76).

3.2. **Ações Escriturais** - Sem qualquer alteração nos direitos e restrições que lhes são inerentes, nos termos deste artigo, todas as ações da sociedade serão escriturais, permanecendo em contas de depósito na Itaú Corretora de Valores S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da mencionada lei.

3.3. **Mudança de Espécie** – Ressalvado o disposto no subitem 3.3.1, as ações não poderão ter sua espécie alterada de ordinária para preferencial ou vice-versa.



3.3.1. O Conselho de Administração poderá, sempre que entender necessário, autorizar a conversão de ações ordinárias em preferenciais (vedada a reconversão), com base numa relação por ele estabelecida ou por meio de leilão na Bolsa de Valores, em ambos os casos nos períodos e quantidades que determinar.

3.3.1.1. A razão de conversão não poderá ser superior a 1 (uma) ação preferencial para cada ação ordinária apresentada, respeitado o limite legal. Caso as ações ordinárias a serem convertidas resultem numa quantidade final de ações preferenciais que ultrapasse o limite de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, a sociedade promoverá o rateio entre os titulares de ações ordinárias interessados na conversão proporcionalmente à quantidade de ações ordinárias apresentadas para a conversão, vedada a conversão que resulte em fração de ação.

3.3.1.2. Após cada período de conversão, caberá ao Conselho de Administração especificar a nova divisão do número de ações por espécie, cabendo à primeira Assembleia Geral promover a necessária alteração estatutária.

3.4. Ações Preferenciais - O número de ações preferenciais, sem direito de voto, não ultrapassará 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.

3.5. Aquisição das Próprias Ações - A sociedade poderá adquirir suas próprias ações, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização do Conselho de Administração.

3.6. Aquisição do Direito de Voto pelas Ações Preferenciais - As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto, nos termos do artigo 111, § 1º, da Lei nº 6.404/76, se a sociedade deixar de pagar o dividendo prioritário por três exercícios consecutivos.

Art. 4º - ASSEMBLEIA GERAL - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes, devendo o processo de escolha ser conduzido por administrador da sociedade.

Art. 5º - ADMINISTRAÇÃO - A ITAÚSA será administrada por Conselho de Administração e Diretoria. O Conselho de Administração terá, na forma prevista em lei e neste estatuto, atribuições orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, cabendo à Diretoria funções operacionais e executivas.

5.1. Mandato - O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de 1 (um) ano, a contar da data da Assembleia de Acionistas ou da reunião do Conselho de Administração que os eleger, conforme o caso, prorrogável até a posse de seus substitutos, sendo permitida a reeleição.

5.2. Investidura - Os conselheiros e diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso. A posse estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos internos e legais aplicáveis.

5.3. Proventos dos Administradores - Os administradores perceberão remunerações e participações nos lucros. Para o pagamento das remunerações a Assembleia Geral fixará verba global e anual, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização dessa verba.

5.3.1. Caberá igualmente ao Conselho de Administração regulamentar os rateios das participações devidas aos próprios membros desse Conselho e aos membros da Diretoria, as quais corresponderão, respectivamente, no máximo, a 0,06 (seis centésimos) e a 0,04 (quatro centésimos) dos lucros líquidos apurados em balanço, não podendo, porém, exceder ao somatório das remunerações atribuídas aos administradores no período a que se referir o balanço que consignar as mencionadas participações

Art. 6º - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) membros efetivos, eleitos pela Assembleia

Geral, e terá 1 (um) Presidente e de 1 (um) a 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos Conselheiros, entre os seus pares.

6.1. Dentro dos limites estabelecidos no *caput*, caberá à Assembleia Geral que processar a eleição do Conselho de Administração fixar preliminarmente o número de conselheiros que comporão esse colegiado durante cada mandato. Na mesma Assembleia Geral serão eleitos:

a) 1 (um) membro suplente para o conselheiro representante dos acionistas minoritários, se eleito consoante artigo 141, § 4º, inciso I, da Lei nº 6.404/76;

b) 1 (um) membro suplente para o conselheiro representante dos acionistas preferencialistas, se eleito consoante artigo 141, § 4º, inciso II, da Lei nº 6.404/76;

c) 2 (dois) membros suplentes para os conselheiros eleitos pelos acionistas controladores que, a critério do Conselho de Administração, poderão ser convocados para substituir membro efetivo ausente.

6.2. O Presidente, em caso de vaga, ausência ou impedimento, será substituído por um dos Vice-Presidentes, designado pelo Conselho de Administração.

6.3. Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, os Conselheiros remanescentes poderão nomear substituto para completar o mandato do substituído.

6.4. O Conselho de Administração, convocado pelo Presidente, reunir-se-á ordinariamente 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, deliberando validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício.

6.4.1. Será permitida a realização de reuniões por telefone, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. Nessas hipóteses, o conselheiro será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será assinada por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer de forma remota.

6.5. Compete ao Conselho de Administração:

I) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;

II) eleger e destituir os diretores da sociedade e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispõe este estatuto;

III) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;

IV) convocar a Assembleia Geral, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à data de sua realização, contado esse prazo a partir da publicação da primeira convocação;

V) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria;

VI) escolher e destituir os auditores independentes;

VII) deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração;

VIII) determinar a distribuição de dividendos, na forma do disposto no artigo 11, "ad referendum" da Assembleia Geral;

IX) deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, conforme disposto no item 11.6, "ad referendum" da Assembleia Geral;

X) deliberar sobre a conversão de ações ordinárias em preferenciais, nos termos do subitem 3.3.1;

XI) deliberar sobre: (i) emissão de debentures simples, não conversíveis em ações; e (ii) emissão de ações ou debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, observando-se as disposições do item 3.1;

XII) dar parecer em relação a qualquer oferta pública de aquisição de ações (OPA) que tenha por objeto ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da sociedade, o qual deverá conter, entre outras informações relevantes, a opinião da administração sobre eventual aceitação da OPA e sobre o valor econômico julgado adequado da sociedade; e

XIII) avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência.

Art. 7º - DIRETORIA - A Diretoria será composta de 3 (três) a 7 (sete) membros, eleitos pelo Conselho de Administração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da Assembleia Geral que eger esse Conselho, compreendendo os cargos de Diretor Presidente, Diretor Geral, Diretor Vice-Presidente e Diretor Executivo, conforme seja fixado pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos.

7.1. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão integrar a Diretoria. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente (ou principal executivo da sociedade) não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

7.2. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros.

7.2.1. O Diretor Presidente e o Diretor Geral substituir-se-ão reciprocamente no desempenho das suas atribuições, inclusive quando um desses cargos não for provido ou ocorrer a vacância no curso do mandato.

7.3. Vagando qualquer cargo, o Conselho de Administração poderá designar um diretor substituto para completar o mandato do substituído.

7.4. Um mesmo diretor poderá ser eleito ou designado, em caráter efetivo ou interino, para exercer cumulativamente mais de um cargo.

7.5. Não poderá ser eleito diretor quem já tiver completado 75 (setenta e cinco) anos na data da eleição.

7.6. A Diretoria, convocada pelo Diretor Presidente, reunir-se-á ordinariamente 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, deliberando validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício.

7.6.1. Será permitida a realização de reuniões por telefone, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. Nessas hipóteses, o diretor será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será assinada por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer que forma remota.

7.7. Compete à Diretoria deliberar sobre: (i) alienação e oneração de bens, inclusive os integrantes do ativo permanente, podendo transigir e renunciar direitos, em operações individuais ou em conjunto, considerado o prazo de 12 (doze) meses, com valores inferiores a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido apurado na última demonstração contábil aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas; (ii) prestação de garantias a obrigações de terceiros; e (iii) emissão de notas promissórias e títulos no Brasil e/ou no exterior, nos termos da legislação vigente.

7.8. Sem prejuízo do disposto no item 7.7, a representação da ITAÚSA far-se-á por dois diretores quaisquer, em conjunto, que terão poderes para: (i) assumir obrigações ou exercer direitos em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade para a

sociedade, inclusive na concessão de fianças, avais e quaisquer outras garantias; e (ii) constituir procuradores que, excetuados os mandatos “*ad judícia*”, terão prazo de validade não superior a um ano.

7.8.1. A ITAÚSA também poderá ser representada: (i) conjuntamente, por um diretor e um procurador ou por dois procuradores, com os poderes que forem definidos no instrumento de mandato; (ii) isoladamente, por um diretor ou procurador nos atos que não impliquem assunção de obrigações ou renúncia de direitos, perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, ou em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a sociedade participe; e (iii) em juízo, por procuradores com os poderes e modo de atuação (conjunta ou isoladamente) definidos no instrumento de mandato.

7.9. Compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria, coordenando a ação desta.

7.10. Ao Diretor Geral compete estruturar e dirigir todos os serviços da sociedade e estabelecer normas internas e operacionais, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração.

7.11. Compete aos Diretores Vice-Presidentes e aos Diretores Executivos colaborar com o Diretor Presidente e com o Diretor Geral na gestão dos negócios e direção dos serviços sociais.

Art. 8º - CONSELHO FISCAL – Nos termos dos artigos 161 a 165 da Lei nº 6.404/76, a sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, observado o seguinte:

a) os acionistas titulares de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente;

b) os acionistas minoritários que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações ordinárias, terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente; e

c) os demais acionistas titulares de ações ordinárias poderão eleger os membros efetivos e respectivos suplentes que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos das alíneas anteriores, mais 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente.

8.1. Os membros efetivos do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.

8.2. Os conselheiros serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal.

8.3. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas da representação e participação nos lucros.

8.4. O Conselho Fiscal terá 1 (um) Presidente, escolhido entre os seus pares, e reunir-se-á ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, deliberando validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício.

8.4.1. Será permitida a realização de reuniões por telefone, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. Nessas hipóteses, o conselheiro será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será

assinada por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer de forma remota.

Art. 9º - EXERCÍCIO SOCIAL - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, sendo facultado o levantamento de balanços intermediários em qualquer data.

Art. 10 - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO – Juntamente com as demonstrações contábeis, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei nº. 6.404/76 e as disposições seguintes:

10.1. antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;

10.2. será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no artigo 11 e às seguintes normas:

a) cada ação preferencial terá direito a dividendo prioritário mínimo anual de R\$ 0,01 (um centavo de real);

b) a importância do dividendo obrigatório que remanescer após o dividendo de que trata a alínea anterior será aplicada, em primeiro lugar, no pagamento às ações ordinárias de dividendo igual ao prioritário das ações preferenciais;

c) as ações de ambas as espécies participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de atribuído às ordinárias dividendo igual ao mínimo das preferenciais;

d) cada ação preferencial terá direito, em caso de desdobramento, à fração do valor constante da alínea "a" e, em caso de grupamento, a esse valor multiplicado pelo número das ações grupadas.

Art. 11 - DIVIDENDOS - Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

11.1. O dividendo obrigatório será distribuído em quatro ou mais parcelas, trimestralmente ou com intervalos menores, no decorrer do próprio exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas demonstrações contábeis.

11.2. O Conselho de Administração fixará o valor das parcelas antecipadas tendo em conta os resultados provisórios do exercício e essas parcelas serão pagas a débito da "Reserva para Equalização de Dividendos". Na destinação do lucro (item 10.2), a parte do dividendo obrigatório correspondente às antecipações será creditada à mesma Reserva.

11.3. Competirá à Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis do exercício deliberar o pagamento da parcela que eventualmente faltar para completar o dividendo obrigatório. O valor desse pagamento corresponderá à parte do dividendo obrigatório que remanescer depois de deduzidas as parcelas antecipadas.

11.4. Sempre que se justificar, poderão ser declarados dividendos intermediários, sob qualquer das modalidades facultadas pelo artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

11.5. Ao dividendo obrigatório, por proposta do Conselho de Administração, poderá ser agregado dividendo adicional.

11.6. Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

Art. 12 – RESERVAS ESTATUTÁRIAS – Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: I - Reserva para

Equalização de Dividendos; II - Reserva para Reforço do Capital de Giro; III - Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

12.1. A Reserva para Equalização de Dividendos será limitada a 40% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (item 11.6), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

- a) equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76;
- b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;
- c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;
- d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (item 11.2).

12.2. A Reserva para Reforço do Capital de Giro será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76

12.3. A Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

12.4. Por proposta do Conselho de Administração, serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessas reservas, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.

12.5. As reservas discriminarão em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados às suas constituições, e o Conselho de Administração especificará os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas, em função da natureza dos acionistas.

---